



INTER  
FACES  
CIENTÍFICAS

HUMANAS E SOCIAIS

ISSN IMPRESSO 2316-333X

ISSN ELETRÔNICO 2316-3828

---

## O OBJETO, O INSTRUMENTO, O SERVIÇO SOCIAL E O ESTADO BURGUÊS – O VÍNCULO DA PROFISSÃO COM AS POLÍTICAS SOCIAIS E A ‘QUESTÃO SOCIAL’.<sup>1</sup>

---

Michael Hermann Garcia<sup>1</sup>

### RESUMO

O artigo em questão possui a pretensão de fazer uma reflexão crítica e reflexiva sobre o objeto (‘questão social’), seu instrumento privilegiado (a política social) e a profissão de Serviço Social, relacionando seus fundamentos históricos, teóricos e metodológicos, bem como seus processos interventivos. O vínculo da profissão com as políticas sociais e seu objeto fundante torna-se tênue, mesmo com o processo de proletarianização ativa submetida desde as protoformas e da crescente demanda das políticas setoriais e suas instituições empregadoras pelos assistentes sociais a partir da década de 1990. Embora tal estudo tenha utilizado vários autores como referências, possui fundamentos e categorias gramscianas.

### PALAVRAS-CHAVE

Serviço Social. Questão Social. Políticas Sociais. Estado Burguês.

### ABSTRACT

The article aims to reflect critically and reflectively about the object (‘social issues’), its privileged instrument (social policy) and the Social Service profession, relating its historical foundations, theoretical and methodological and its interventional procedures. The link of the profession with social policies and its founding object becomes tenuous, even in the process of proletarianization active submitted from the proto-forms and the growing demand of sectoral policies and their employing institutions by social workers from the 1990s. Although this study has used various authors as references, and foundations has Gramscian categories.

### KEYWORDS

Social Service. Social Issues. Social Policies. Bourgeois State.

## RESUMEN

El artículo en cuestión tiene la pretensión de hacer una reflexión crítica y reflexiva sobre el objeto ('cuestión social'), su instrumento privilegiado (la política social) y la profesión de Servicio Social, relacionando sus fundamentos históricos, teóricos y metodológicos, bien como sus procesos de intervención. El vínculo de la profesión con las políticas sociales y su objeto fundante se muestra débil, no obstante el proceso de proletarianización activa sometida desde las proto-formas y la creciente demanda de las políti-

cas sectoriales y sus instituciones empleadoras por los asistentes sociales a partir de la década de 1990. Aunque tal estudio haya utilizado varios autores como referencias, posee fundamentos y categorías gramscianas.

### PALABRAS CLAVE

Servicio Social. Cuestión Social. Políticas Sociales. Estado Burgués.

## 1 LINHA TÊNUE: SERVIÇO SOCIAL – 'QUESTÃO SOCIAL' – POLÍTICAS SOCIAIS

A profissão de Serviço Social surge com o processo de ampliação da sociedade capitalista, em tempos de concorrência desenfreada sob a égide do imperialismo clássico e da responsabilidade estatal sobre os assuntos externos de resguardo e retaguarda dos interesses do sistema de acumulação. O objeto da profissão foi sendo conformado, pela entrada no jogo do poder, dos segmentos mais subalternos da sociedade que, para legitimar o novo status quo capitalista, deveriam ter as suas demandas mais urgentes atendidas via serviços sociais, inseridos no corpo das políticas sociais, que serviriam como "salários indiretos" que auxiliassem na reprodução e legitimação do próprio capital.<sup>2</sup>

No caso brasileiro, a conexão surge com o incremento da intervenção estatal, devido ao processo de ampliação conservadora, não só da esfera estatal, como de sua sociedade na década de 30 do século passado (BEHRING, 2003; BEHRING & BOSCHETTI, 2008; FALEIROS, 1982 e 1988).

A 'questão social' vista como objeto de intervenção política e não policialesca, com a institucionali-

zação do instrumento denominado "política social", juntamente com a profissionalização do Serviço Social brasileiro, como especialização inserida na divisão sociotécnica do trabalho coletivo. Há um vínculo estrutural das políticas sociais com o surgimento da profissão do Serviço Social (IAMAMOTO, 1983; NETTO, 1998; BEHRING & BOSCHETTI, 2008).

Porém, há um hiato nesta análise, pois mesmo com a condição estrutural do surgimento da instrumentalidade aliada às políticas sociais bem antes da década de 1930 no Brasil, foi tardia a inserção da temática da 'política social' na profissão, que se iniciou de fato na década de 1950 apenas no contexto internacional e na década de 1970 no debate brasileiro iniciado no processo de reconceitualização do Serviço Social, com a configuração do Documento de Araxá (1967) que evidenciou a inserção dos assistentes sociais na macroatuação, ou seja, no campo do planejamento e execução das políticas sociais.

A inserção da concepção sobre políticas sociais no Serviço Social brasileiro foi feita durante o Regi-

me Militar, dando uma conotação tecnocrática em sua abordagem, fortalecendo o hiato já mencionado, pois em suas protoformas teórico-metodológicas estavam sedimentadas nos arcabouços ligados ao empirismo-humanismo e ao estrutural-funcionalismo, sem mencionar algumas noções e outras abordagens e métodos que denotavam o “psicologismo” que corroboravam em uma prática profissional individualista, tecnocrática e de caracteres clínico-terapêuticos (TERRA, 2009; CFESS/CRESS, 2010).<sup>3</sup>

Segundo Netto (1998) caracterizou-se como modernizadora a inserção da profissão à plataforma das políticas sociais, gerando uma leitura tecnocrática e pragmática de tais políticas, funcional à modernização conservadora da autocracia burguesa materializada e empreendida pelo Regime Militar. O próprio processo de Reconceituação sofreu o reflexo dessas contingências conjunturais que se iniciou – de forma tímida – no Documento de Araxá-MG (1967) e se consolida – em sua plenitude – no Documento de Teresópolis-RJ (1970).

Mesmo com a modernização conservadora descrita por Netto (1998), Iamamoto (1983), Myrtes Macedo (1981) e Behring & Boschetti (2008), empreendida pelo poder autocrático burguês, onde o Brasil se associa ao grande capital monopolista, porém como sócio-minoritário dependente, houve um processo exponencial crescente da industrialização e da urbanização que agudizou as sequelas da ‘questão social’. Além disso, houve um processo de proletarização ativa<sup>4</sup> nos segmentos pertencentes à categoria profissional de assistentes sociais; oriundos das camadas médias baixas e da classe trabalhadora subalterna protegida pela legislação sócio-trabalhista vigente (NETTO, 1998; ANTUNES, 2000). Tal processo de assalariamento se consolidou junta-

mente com a inserção do Serviço Social no contexto universitário, deixando a sua condição originária das institucionais confessionais de ensino superior isoladas para o mergulho em um público – majoritariamente – laicizado e profissional (IAMAMOTO, 1983; NETTO; 1989 e 1998).

Na década de 1980, com a aproximação dos assistentes sociais com os movimentos sociais, que surgem devido à falência do regime autocrático burguês, e com o surgimento da classe operária nascente no ABCD paulista – fez da profissão se apropriar de novas abordagens e categorias teóricas que fizessem avaliar melhor a realidade societária brasileira, cerne do movimento contraditório da conjuntura ditatorial que estava em declínio. Tal processo se inicia com o denominado “**Congresso da Virada**” de 1979, que lança as primeiras protoformas do projeto eticopolítico profissional que culmina e amplia – além de auxiliar – no projeto de redemocratização do país, em que sua plenitude é configurada e materializada com a promulgação da Constituição Federal de 1988. Neste momento se tem uma nova perspectiva e concepção sobre as políticas sociais como uma das mais importantes instrumentalidades a serem apropriadas pela categoria profissional.

Com o incremento da tradição marxista, destacando o referencial gramsciano, nega-se a ideia de uma sociedade tutelada e subdeterminada e da instrumentalidade reducionista ligada às políticas sociais como ação ideológica do Estado burguês – herança althusseriana deixada na 3ª fase do processo de Reconceituação denominado de Método BH (NETTO, 1998)<sup>5</sup>. Sincreticamente, outras inferências teóricas conservadoras se inseriram na condição material das políticas sociais. Podemos colocar tais inferências como na tabela proposta a seguir:

Tabela 1: Inferências teóricas sobre a Política Social.

<p><b>Subalternidade da Política Social</b> que é caracterizada pela subjugação subalterna perante as políticas de caráter macroeconômico.</p>
<p><b>A sua natureza que é vislumbrada dentro das políticas sociais</b>, e que são configuradas como a única forma de ajustamento funcional das desigualdades socioeconômicas que podem ser de caráter redistributivo (salários indiretos – Estado de Bem Estar ou Providência) ou de caráter compensatório (transferência de renda – Estado Neoliberal);</p>
<p><b>Consenso construído</b> que funciona como conjunto de respostas às demandas subalternas e da vontade sociopolítica dos sujeitos sociais com o único intuito da busca pela legitimidade e de consensos para responder às pressões, construir e consolidar práticas consensuais e transformistas (países periféricos);</p>
<p><b>Reduccionismo econômico de classe social</b> que segundo Behring &amp; Boschetti (2008) colocar as políticas sociais como um “troféu” conquistado pelas classes subalternas, que denota uma subestimação econômica da luta de classes;</p>
<p><b>Laço tênue com o termo “cidadania”</b> cujo produto teórico que alicerça o arcabouço sobre as políticas sociais originário de um forte ecletismo na sua análise crítico-reflexiva, que resulta em um caráter inócuo e fraco na sua relação com a categoria sociológica denominada “cidadania” construída primeiramente por Marshall (1967) e discutido amplamente por Behring &amp; Boschetti (2008);</p>
<p><b>O privatismo na Política Social</b>, onde ela está vinculada com o aparelho estatal, bem como o privatismo (social e individual), é oriundo da materialização das demandas subalternas pelos sujeitos sociais mediante seus aparelhos (privados) de hegemonia como instrumentos de pressão/legitimação. Lembrando que a sociedade possui estigmas, contradições e cooptações. As políticas sociais brasileiras se transformaram em instrumentos nas mãos destes aparelhos privados, se responsabilizando por sua implementação e execução de forma pontual, fragmentada e sem efeito no lugar do Estado;<sup>6</sup></p>
<p><b>Sociedade Líquida</b> configurada por suas relações conforme nos coloca Bauman (2008), que denota também em um imobilismo social das classes subalternas na contemporaneidade e na posterior construção da cidadania via inserção ao consumo – o que resulta na formatação de novas políticas de transferência de renda apenas para aqueles que estão fora da centralidade e da periferia integral do mercado de trabalho (HARVEY, 2003; MOTA, 1997; BAUMAN, 2008; BOURDIEU, 2003; BEHRING &amp; BOSCHETTI, 2008).</p>

Fonte: Aulas de Política Social I, ministrada pelo autor (2010).

## 2 O QUE SE DEVE SABER É QUAL A CONCEPÇÃO MATERIAL DAS POLÍTICAS SOCIAIS?

Quatro intervenções são necessárias para que sejam concebidas de fato o que são as políticas sociais. Primeiro, elas estão no campo da reprodução social, redistribuindo parte da mais valia agregada e produzida socialmente para a parcela da população que configura nas classes subalternas. Os “salários indiretos” são um excelente sinônimo para as políticas sociais, que se colocam como um dos principais produtos e/ou efeitos da profissão de Serviço Social. Segundo, não só o Estado será o ente promotor de tais políticas, embora, tradicionalmente é o principal empregador da categoria de assistentes sociais no Brasil, desde as suas protoformas. Atualmente, o Estado – em suas diversas esferas e níveis – emprega 78,2% dos assistentes sociais brasileiros, principalmente nos serviços na área de saúde e de assistência

social (CFESS, 2006 apud HERMANN, 2009). Embora tais indicadores oscilem de forma imperceptível, desde os anos 90 do século passado, com as inferências da reengenharia e da reestruturação produtiva em muitos espaços sócio-ocupacionais, tem surgido uma nova tendência de políticas setoriais materializadas pelas parcerias de natureza público-privada, bem como nas políticas sociais empresariais de responsabilidade social.

Terceiro, da grande importância dos trabalhos e artigos científicos sobre as políticas sociais em seminários, congressos e encontros da área do Serviço Social. Veja a tabela abaixo de tais eventos, trabalhos de conclusão de curso e principais revistas científicas do Serviço Social e áreas afins:

Tabela 2: Trabalhos e artigos científicos do Serviço Social em eventos e revistas científicas.

<b>Eventos, TCC's e revistas científicas</b>	<b>Total de trabalhos e/ou artigos apresentados</b>	<b>Total de trabalhos e artigos sobre políticas sociais</b>
VIII ENPESS UFJF 2002	556	193 (34,7%)
XI ENPESS UFMA 2008	710	225 (31,6%)
19º Congresso Mundial de Serviço Social – Salvador 2008	889	332 (37,3%)
XI SEMOC/UCSAL 2011	231	47 (20,3%)
Trabalhos de Conclusão de Curso Unime Salvador (2009 -2010)	89	23 (25,8%)
Trabalhos de Conclusão de Curso Unime Itabuna (2009 -2011)	54	18 (33,33%)

Fonte: Levantamento dos CD-Rooms e Cadernos do Eventos, TCC's e Revistas Científicas produzido e c pelo próprio autor (2011).

Nos encontros, seminários e congressos da área do Serviço Social, os trabalhos e artigos que possuem a centralidade em cima das políticas sociais e suas variações ocupam mais ou menos um terço de sua totalidade. Isto é evidenciado devido à descentralização de tais políticas e da crescente ocupação de assistentes sociais neste mercado de trabalho nas políticas setoriais – principalmente na área de saúde e da assistência social.<sup>7</sup>

No Semoc – Seminário de Mobilização Científica – que ocorre anualmente na Universidade Católica do Salvador (UCSAL), embora não esteja ligado à graduação de Serviço Social, por conta de sua natureza multidisciplinar e que alia as mais diversas ciências, áreas e graduações diferentes, dos 47 (quarenta e sete) trabalhos que possuem centralidade sobre as políticas sociais, 27 tiveram como autoria ou co-autoria os assistentes sociais e estudantes de Serviço Social.

Nos TCC's – trabalhos de conclusão de curso – das duas graduações do Serviço Social das duas unidades da Unime, há uma diferença substancial que é facilmente explicada. No caso da unidade de Salvador, a grande maioria dos docentes – filiada a ABEPSS<sup>8</sup> - dão

uma importância maior aos eixos estruturantes da formação profissional, que corroboram com as diretrizes curriculares, nas áreas de Fundamentos do Serviço Social e de Processos Interventivos do Serviço Social.<sup>9</sup> Enquanto na unidade de Itabuna, a maioria dos trabalhos é da área de políticas sociais; isto é devidamente explicável, pois a maioria dos docentes são trabalhadores das políticas setoriais locais das áreas da saúde e da assistência social, e não possuem a intenção e a preocupação da ABEPSS em publicizar uma maior quantidade de trabalhos e artigos na área de fundamentos e processos interventivos do Serviço Social.<sup>10</sup>

Para finalizar esta análise, tal quadro corrobora com a herança tecnocrática dos profissionais em que se desvincula o instrumento da ação potencializada de seu principal sujeito – o assistente social. No caso da Unime Itabuna, dos 18 (dezoito) trabalhos de conclusão de curso que possuíam a centralidade nas políticas sociais, apenas dois analisaram – de forma teórica e metodológica – ação da prática profissional do Serviço Social. Dos 16 (dezesesseis) restantes, 14 (quatorze) tinham caráter puramente descritivo, sem nenhuma análise crítico-reflexiva e mediação teórico-prática.<sup>11</sup>

### 3 ABORDAGENS TEÓRICO-METODOLÓGICAS E AS POLÍTICAS SOCIAIS.

Analisando no que se concerne na parte de visões, abordagens e metodologias que acercam as políticas sociais; primeiramente deveremos diferenciá-las como é feito nas ciências sociais aplicadas. Primeiramente iremos analisar as políticas sociais sob a abordagem empírico-funcionalista, sob o referencial durkheimiano.<sup>12</sup>

Mas antes de falar sobre tal abordagem, é necessário colocar que toda análise de processos e relações sociais é impregnada de política e disputa de proje-

tos societários. Então é importante colocar que não há neutralidade científica (KOSIK, 1986; LOPES, 2003; BEHRING; BOSCHETTI, 2008).

A política social revela determinações econômicas, político-culturais, e ao mesmo tempo, que é coberto pelo véu ideológico do *“mundo da pseudocroreticidade”*.<sup>13</sup> Às vezes, o debate sobre as políticas sociais torna-se fortemente descritivo, com um volume excessivo de dados e indicadores técnicos que não falam por si e requisitam

uma análise mais aprofundada e crítica de suas causas e inter-relações, e das razões político-econômicas subjacentes aos dados explicitados, ou seja, a objetividade sendo complementada com a subjetividade.

Neste caso, há duas perspectivas de análise propostas por Behring & Boschetti (2008). A primeira delas possui um caráter puramente descritivo, com a supremacia da apresentação dos dados e indicadores técnicos. Denotam na despolitização da 'questão social', transferindo-a para uma dimensão instrumental e técnica e esvaziando-a dos conflitos políticos e societários que marcam a formulação, a amplitude e a execução das políticas sociais.

### **POLÍTICA SOCIAL COMO FORMA DE PREVENIR O QUÊ?**

O axioma que fundamenta o pensamento durkheimiano e que alicerça a abordagem funcionalista é que a sociedade capitalista seja regida por leis naturais; estudada pelos mesmos métodos e processos das ciências da natureza; deve ser analisada de forma objetiva e neutra. A proposta metodológica é tratar os processos sociais como fatos sociais, como coisas que não se equiparam à natureza, mas que devem ser analisadas a partir de procedimentos semelhantes (LOPES, 2003).

O sujeito que formule tal política deve se colocar diante de seu objeto numa perspectiva de exterioridade, além dos fatos sociais possuírem uma natureza exterior e coletiva; sua sede é a sociedade e não os

### **A POLÍTICA SOCIAL COMO INSTRUMENTO DE SOLIDARIEDADE QUE CONFORMOU O ESTADO DE BEM ESTAR SOCIAL (WELFARE STATE).**

Sobre a solidariedade orgânica, Durkheim (1988, p.80) ilustra que:

[...] Com efeito, é da natureza das tarefas especiais escapar a ação da consciência coletiva; porque, para que uma coisa seja objeto de sentimentos comuns, a primeira condição é que ela seja comum, isto é, que

A segunda perspectiva é oriunda de um caráter mais prescritivo, onde a discussão das políticas sociais não como elas são, mas como elas devem ser, sobrepondo-se o projeto do sujeito social que a implemente ou formule de acordo com a análise da realidade social. Inviabiliza-se o conhecimento mais profundo das políticas sociais e a formulação de estratégias por parte dos sujeitos políticos, que demandam tais políticas (BEHRING; BOSCHETTI, 2008).

Mas para iniciarmos a discussão sobre a abordagem empírico-funcionalista, deve-se fazer um questionamento:

indivíduos, e exercem influência coercitiva sobre as consciências individuais (LOPES, 2003; NETTO, 2009).

Quando a natureza coercitiva dos fatos sociais deixa de ser sentida, o fato tornou-se um hábito. Podemos exemplificar a política de educação, que – de maneira material e imaterial – forma indivíduos e transmite hábitos (LOPES, 2003; BEHRING; BOSCHETTI, 2008; NETTO, 2009).

Para entendermos melhor tais fundamentos é necessário lembrarmos duas categorias importantes da teoria proposta por Durkheim: solidariedade orgânica e solidariedade mecânica. Neste caso deve-se colocar a seguinte sentença abaixo:

esteja presente em todas as consciências e que todas possam representá-las de um único ponto de vista [...]

O mesmo Durkheim (1988) coloca que a divisão do trabalho social nasceu em um contexto onde o homem não conseguia controlar o crescimento populacional e a atender às demandas de produção de alimentos exi-



gida por ele, onde se reforça uma visão – além de determinista – malthusiana (DURKHEIM, 1988; LOPES, 2003). Tal divisão sociotécnica do trabalho surge em um contexto que é externo do controle das sociedades primitivas e mais simples. A consciência comum diminui e a especialidade das atividades produtivas aumenta exponencialmente. Quanto maior a diferenciação dos grupos e as inter-relações sociais, menor será o número de pessoas que dominam a consciência comum em cada um deles. Se há um número maior de grupos na produção, menos pessoas conhecerão.

As diversas tipologias da consciência coletiva que se desenvolvem em cada grupo ou setor societário para que as tarefas, em geral, sejam executadas. A individualidade (metamorfoseada em subjetividade) é possível, mas não escapa à coerção e agora de forma diferenciada, pois em uma sociedade mais complexa existem mecanismos que interagem de forma diferente, mas com um objetivo: de construir uma consciência coletiva através de informações contidas em todas as frentes da sociedade, em suas instituições e organizações. As instituições e organizações já citadas são responsáveis pela construção de um padrão cultural-comportamental, regras que devem ser cumpridas para que os indivíduos possam ser enquadrados e classificados como morais ou imorais, de acordo com a classe em que pertencem.

É através da categoria solidariedade que, de forma coercitiva, que a sociedade industrial é estabelecida, a visão durkheimiana pensa na sociedade como um corpo biologicamente vivo, e em funcionamento e da mesma forma que um organismo vivo ela nasce, se desenvolve e morre. A passagem da solidariedade mecânica para a solidariedade orgânica, na plataforma durkheimiana, é o alicerce básico do entendimento para a formação da sociedade capitalista e através do conceito de solidariedade orgânica cumpre seu papel de teórico das elites criando uma consciência de forma otimista em relação ao novo processo que individualizaria tanto os bens de produção. A sociedade acredita e incorpora a solidariedade orgânica como

algo promissor e revolucionário que atribui aos indivíduos papéis de privilégio e destaque na sociedade acreditando que a transformação seria benéfica, mas não conseguem perceber que nesse caso o que não é beneficiado é desfavorecido, desigual ou até – para alguns teóricos – excluídos.

É possível lidar com a inevitável divisão social e técnica do trabalho e com os problemas daí decorrentes a partir do desenvolvimento de instituições e corporações que teriam a função de coesão social, evitando o estado de **anomia** (conflito), lugar da política social. Então na visão conservadora – a **anomia** é tudo aquilo que a política social poderá prevenir ou não.

Pelo caminho dialético-materialista, apropriado de maneira errônea durante a 3ª fase do processo de Reconceituação do Serviço Social na década de 1970; a profissão se apropriou de tal tradição em três momentos bem distintos. Um texto escrito por Joseane Soares Santos (2004), em seu doutoramento, tem como objetivo destacar as apropriações da tradição marxista pelo Serviço Social, fase em qual ocorrerá à renovação da profissão, com o intuito de romper com a doutrina social católica, oriunda pela Rerum Novae (SANTOS, 2007; NETTO, 2009). O processo de apropriação é identificado por níveis são eles:

a. **Ideológica:** Concretizado devido ao movimento de reconceituação, o Serviço Social se apropriou dos elementos ideológico das teorias marxianas que lhe interessava e que se adequasse ao momento histórico vigente (a ditadura), passando a ter o marxismo como doutrina para justificar a necessidade de ruptura, superar a neutralidade técnica e legitimar a profissão. O pensamento marxista tem interpretações equivocadas, e quando o Serviço Social fez “recorte” desses pensamentos ele trouxe para a profissão esses equívocos. Devido a essa falta de clareza de pontos essenciais do marxismo, alguns aspectos da profissão sofreram sincretismos, pois não se libertou das amarras conservadoras.



b. **Epistemológica:** Trata-se da categoria epistemologia. Localiza-se ao longo da década de 1980. Com a apropriação epistemológica, a teoria social de Marx (que estuda o ser social). Tornou-se um modelo científico, pelo qual iremos conhecer e analisar as relações sociais, na visão epistemológica. A epistemologia tem origem datada no momento em que ocorreu a virada do capitalismo conservador e seus impostos no pensamento social, com o objetivo de ofuscar a ontologia, nesse período havia uma oposição entre filosofia e ciências positivas, reduzindo assim a própria filosofia à ciência, fundada somente na lógica e na gnosiologia. E esse choque entre ontologia e epistemologia, resultou na separação entre teoria e prática. A influência da apropriação epistemológica pôde ser verificada também na formação profissional, através do currículo do curso de graduação do Serviço Social; e está dividida em três pontos diferentes: o da história, o da teoria e o do método. Ao longo dos anos de 1980 há um fortalecimento da teoria adquirida por esta apropriação, e segundo a autora, primeiro porque necessitava da qualificação do aprofundamento da teoria, o que resultou na consolidação acadêmica do serviço social favorecendo a intenção de ruptura.<sup>14</sup> E segundo porque esta apropriação implica na redução da apropriação ideológica, pois faz dela o seu objeto de pesquisa. Esta época representa avanços não só pela intenção de ruptura, mas também porque há avanços nas particularidades da profissão e faz do marxismo o modelo que se aplica na prática. Há uma ligação entre teoria e prática, a prática moldada pela teoria, ou seja, a teoria aplicada. Nesta apropriação se encontra além de sincretismos, o messianismo que fundamentou bastante a prática dos profissionais do Serviço Social no Método BH.

c. **Ontológica:** Buscava-se uma leitura que pudesse libertar de uma prática social que não atendia às necessidades da sociedade capitalista brasileira, tinha que ter compromisso com a classe trabalhadora. Esta busca representou uma conquista, pois aproximaram o Serviço Social e a tradição marxista, uma ruptura com o tradicionalismo. É assim que a vertente crítico-dialética é capaz de romper com a herança conservadora e intervém de forma positiva na garantia do projeto éticopolítico profissional (para que o Serviço Social fosse realmente reconhecido como profissão). Isto contribuiu para a Reformulação do código de ética profissional; para a Lei da Regulamentação da profissão e a Revisão das diretrizes curriculares sob a chancela da ABEPSS (MONTAÑO, 2006; SANTOS, 2002).

Apropriando-se adequadamente, o processo de formulação do projeto ético-político recupera o pensamento de Marx, explicita que a sua teoria social é uma ontologia do ser social, e expressa um método de investigação que permite o sujeito apanhar as peculiaridades próprias do objeto, deixou de ser algo formal, distante do objeto. Um exemplo de apropriação ontológica da teoria social de Marx na formação profissional do assistente social é a centralidade da 'questão social'. Além disso, questionam-se os vínculos da profissão do Serviço Social com a realidade dos indivíduos que vivem na sociedade burguesa e estas apropriações foram como uma resposta a estes questionamentos, pois aproximava o Serviço Social e a classe trabalhadora. Este vínculo é sedimentado pela construção do arcabouço teórico do profissional desde a sua graduação (SANTOS, 2002; NETTO, 2009).

## 4 BREVES CONSIDERAÇÕES FINAIS – AINDA NO INÍCIO DO DEBATE

O arcabouço teórico-metodológico do Serviço Social contemporâneo (condicionante interno) é algo essencial para o trabalho profissional para se obter uma melhor construção de alternativas de intervenção da instrumentalidade profissional. Por isso, o assistente social trabalha em relação às múltiplas refrações da 'questão social', através de seu instrumento-mor, as políticas sociais. Assim o resgate da ontologia do ser e da práxis como forma de conceber as relações entre a teoria e a prática, que coloca a possibilidade de superação da concepção de identidade entre elas. Assim, como da equalização e concordância entre o trabalho profissional e a prática política para que os acontecimentos não sejam produzidos de modo determinista e fatalista, naturalizados sem nenhuma criticidade.

Portanto, a contribuição da tradição marxista era materializada pelo método crítico-dialético traz uma

solução inovadora da relação sujeito-objeto: uma perspectiva relacional que foge ao empirismo positivista e funcionalista e ao idealismo culturalista, descrito por Behring & Boschetti (2008). Então, a política social é analisada como resultado do processo e resultado de relações de alta complexidade e contraditórias que se estabelecem entre o Estado e sociedade civil, no âmbito dos conflitos e luta de classes que envolvem o processo de produção e reprodução do capitalismo. São problematizados o surgimento e o desenvolvimento da política social no contexto da acumulação capitalista e da luta das classes fundamentais, com a perspectiva de demonstrar seus limites e possibilidades na produção dos serviços de bem-estar nos contextos societários capitalistas (BHERING; BISCHETTI, 2008). Veja-se então um quadro explicativo sobre os dois métodos vigentes em políticas sociais – quanto a sua abordagem e perspectiva:

Quadro 1: Métodos e abordagens – Política Social.

CONSERVADOR	DIALÉTICO
<ul style="list-style-type: none"><li>• Para prevenir o estado de anomia.</li><li>• Iniciar com a solidariedade mecânica para construir a solidariedade orgânica.</li><li>• A totalidade é vista como estruturas sociais.</li><li>• Tendência à fragmentação dos projetos e programas.</li><li>• A universalização é construída não pela natureza da política, mas pela consolidação da rede.</li><li>• Política social como forma de corrigir as disfunções sociais.</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Instrumento privilegiado de ação sob as expressões da questão social.</li><li>• Forma de atender as demandas subalternas, além de ser um constructo de cidadania.</li><li>• Remete ao encadeamento social-cultural-ideológico e econômico.</li><li>• Forma de redistribuir parte da mais valia social agregada à parte da população que está incluída desigualmente no sistema de acumulação capitalista.</li></ul>

Fonte: Quadro explicativo presente em aulas da disciplina de Política Social II ministrada pelo prof<sup>o</sup> Michael Hermann (2009-2011).

A investigação consiste em situar e analisar os fenômenos sociais em seu complexo e contraditório processo de produção e reprodução, determinado por múltiplas causas na sociedade burguesa. No entanto, o que se observa são dois projetos societários dico-

tômicos e contraditórios, que conformam a correlação de forças que constroem – de modo simultâneo e comensal – o tecido que configura a sociabilidade capitalista.

Finaliza-se esta discussão dando ênfase ao laço ténue entre o objeto, o instrumento e a profissão de Serviço Social, ou seja, as múltiplas refrações e expressões da ‘questão social’ e seu principal instrumento privilegiado, as políticas sociais. Instrumento este, vislumbrado pelo Estado capitalista – principal entidade empregadora dos assistentes sociais desde suas protoformas – e tardiamente compreendido

pela profissão supracitada que, de forma subalterna, delega a função de formulação e planejamento de tal instrumento às demais profissões das ciências humanas e sociais aplicadas que possuem projetos profissionais e condutas éticas diferenciadas e facilmente cooptadas pelos condicionantes externos, a favor do conservadorismo colaboracionista sob a égide da acumulação capitalista atual.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E HOMEGRÁFICAS

ANTUNES, R.. **Os sentidos do trabalho**. Boitempo, São Paulo, 2000.

BEHRING, E. **Brasil em contra reforma**: desestruturação do Estado e perda dos direitos. São Paulo: Cortez, 2003.

BEHRING, E. **Política Social no capitalismo tardio**. 7. Ed. São Paulo: Cortez, 2008.

BEHRING, E; BOSCHETTI, I. **Política Social: fundamentos e história**. São Paulo: Cortez, 2008.

CFESS/CRESS. **Serviço Social e Reflexões Críticas sobre Práticas Terapêuticas**. Gestão Atitude Crítica para Avançar na Luta (2008/2011). Brasília. 2010. Disponível em: <[http://www.cfess.org.br/arquivos/doc\\_CFESS\\_Terapias\\_e\\_SS\\_2010.pdf](http://www.cfess.org.br/arquivos/doc_CFESS_Terapias_e_SS_2010.pdf)>. Acesso em: 3 de dezembro de 2012.

DURKHEIM, E. **As regras do método sociológico**. 14. ed. São Paulo: Nacional, 1988.

FALEIROS, V. P. **A política social do Estado capitalista: as funções da previdência e assistências sociais**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1982.

FALEIROS, V. P. **Estratégias do Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1988.

HERMANN, M. **Notas de aulas da disciplina de Pesquisa Social II**. Graduação de Serviço Social. Faculdade do Sul – Unime Itabuna. Itabuna/BA, 2011.

HERMANN, M. **Notas de aulas das disciplinas de Políticas Sociais I e II**. Graduação de Serviço Social. Faculdade do Sul – Unime Itabuna. Itabuna/BA, 2009.

IAMAMOTO, M. V., CARVALHO, R. **Relações Sociais e Serviço Social**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1983.

KOSIK, K., **Dialética do concreto**. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

LOPES, A. B. Durkheim, **Marx e a Divisão do Trabalho**. In: Lato & Sensu, Belém, v. 4, n. 1, p. 3-5, out, 2003.

MACEDO, M. A. **Reconceituação do Serviço Social: Formulações Teóricas**. São Paulo, 1981.

MONTAÑO, C. Um projeto para o Serviço Social crítico. In: **Katálysis**. vol. 9 n.2 Florianópolis July/Dec. 2006.

NETTO, J. P. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1989.

NETTO, J. P. **Ditadura e Serviço Social**: Uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1998.

NETTO, J. P. Introdução ao método na teoria social. In: **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. – Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009. 760 p. (Publicação: Conselho Federal de Serviço Social – CFESS, Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS, v.1).

SANTOS, B.S. (org.). **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**. Coleção Para Novos Manifestos n.2, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SANTOS, J. S. Apropriações da tradição marxista no Serviço Social. In **Cadernos Especiais nº42**, edição: 22 de janeiro a 19 de fevereiro de 2007. Disponível em <[www.assistentesocial.com.br](http://www.assistentesocial.com.br)>. Acessado em: 03 dez. de 2012.

TERRA, S.H. Parecer Jurídico nº 11/2009. Disponível em: <<http://www.cfess.org.br/praticas.php>>. Acesso em: 3 dez. de 2012.

I Assistente Social (UFJF), Especialista em Violência Doméstica e Urbana (PUC-Rio de Janeiro) e aluno da Pós Graduação Stricto Sensu em Políticas Sociais e Cidadania da Universidade Católica de Salvador (UCSal)– Salvador/BA. - [bdhermann@bol.com.br](mailto:bdhermann@bol.com.br)

---

Recebido em: 3 de outubro de 2012  
Avaliado em: 23 de novembro de 2012  
Aceito em: 29 de novembro de 2012

---

1 Este artigo constitui parte do capítulo da dissertação construída pelo autor.

2 Salário indireto possui a função de desobrigar o salário direto de outras despesas como saúde, educação, previdência, habitação e transporte. É materializada através de prestação de serviços sociais que configuram as políticas sociais de bem-estar.

3 Práticas terapêuticas ainda evidentes na ação de muitos assistentes sociais que materializam o Serviço Social Clínico. Em um estudo feito sob a chancela do NEPSSI/Unime Salvador – sobre o “Serviço Social na reestruturação produtiva no Estado da Bahia: um mosaico de posturas e práticas profissionais” - 47% dos assistentes sociais entrevistados colocaram que ainda recorrem às práticas terapêuticas condenadas pelo CFESS/CRESS.

4 Processo de assalariamento da profissão.

5 Marxismo vulgar – ou melhor dizendo “Marxismo sem Marx” – materializado pelo marxismo estrutural concebido por Louis Althusser e o marxismo empiricista materializado por Mao Tsé-Tung. Tais correntes evidenciam a apropriação da tradição marxista – dentro do Serviço Social brasileiro – pela via ideológica e partidária.

6 Estado mínimo configurado a partir da década de 1990 no Brasil e no restante da América Latina.

7 Na Unime Itabuna, os egressos da graduação do Serviço Social (desde o 1º semestre de 2009), dentre aqueles que estão inseridos no mercado de trabalho regional – em torno de 73% - 88% estão inseridos nos serviços pertencentes às políticas setoriais na saúde e da assistência social.

8 Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social.

9 TCC´s na área de Fundamentos do Serviço Social (17%) e de processos interventivos do Serviço Social (38%) (Unime Salvador).

10 Na Unime Salvador, dos 8 (oito) docentes assistentes sociais, 6 (seis) são associados pela ABEPSS, além de ter mais de vinte trabalhos publicados em encontros, congressos e seminários na área, contando com docentes e discentes; enquanto na Unime Itabuna, dos 9 (nove) docentes assistentes sociais, apenas um é sócio-individual, que possui várias publicações de diversos tipos. Quanto à publicação discente, das cinco turmas formadas desde 2009, apenas um trabalho discente foi publicado em eventos. (Dados levantados entre 2009-2011 nas unidades da Unime Salvador e Itabuna).

11 Em contrapartida, dos TCC´s que possuem a centralidade nos processos interventivos – em torno de 12 (doze) – metade cumpriram com os objetivos mínimos elencados pela ABEPSS

12 Construído por Emillie Durkheim – considerado o pai da sociologia moderna, que colocou as Ciências Sociais sob o mesmo patamar das demais ciências experimentais e naturais.

13 Kosik (1982) apud Behring & Boschetti (2008) coloca que “o mundo da pseudocroceticidade” precisa ser destruído para que possamos ir além das suas manifestações fenomênicas, para reconstruí-lo no nível do pensamento com toda a sua riqueza.

14 Lê-se Método Belo Horizonte.